



Handwritten initials and a checkmark.

Processo n.º05/13\_UVP-FPC

**DECISÃO FINAL EM PROCESSO DISCIPLINAR**  
(DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC)

**A. Identificação e Instrução**

O Presidente do Conselho de Disciplina da União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo decidiu, em 06.03.2013, a instauração de processo disciplinar contra o filiado (licença n.º        ).

O processo visou apurar a responsabilidade deste pela prática de injúrias e difamações contra o selecionador nacional de BTT, Pedro Vigário, via e-mail e através da rede social Facebook.

A instrução do processo foi conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo, que foi nomeado pelo Presidente deste Conselho aquando da abertura do processo disciplinar. Findo o inquérito, o processo disciplinar foi entregue pelo Instrutor ao Presidente.

Estão presentes todos os membros deste Conselho, tendo-se verificado que o Arguido está sujeito ao poder disciplinar da UVP-FPC, dado que à data dos fatos era filiado nesta Federação. Inexistem outros requisitos legais, pelo que, encontram-se reunidas as condições para validamente deliberar.

**B. Decisão**

No termo da instrução foi elaborado relatório final, que se subscreve - quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando o mesmo a fazer parte integrante da presente decisão.

No relatório final do Exmo. Senhor Instrutor do processo, este propõe "(...) a aplicação ao Arguido de uma pena de suspensão pelo período de quatro meses (artigo 12.1.005 n.º 1 do Título 12 do Regulamento Geral e Técnico de Corridas da



UVP-FPC) – por se julgar suficiente, tanto em termos punitivos, como para efeitos preventivos.”.

Depois de analisado todo o processo, o Conselho discutiu a proposta do Exmo. Senhor Instrutor e, não obstante subscrever os fundamentos de facto e de direito que a sustentam (constantes do relatório final), considera que a medida da pena proposta é excessiva.

De facto, o Conselho acompanha a linha de raciocínio do Exmo. Senhor Instrutor, mas entende que a atitude do Arguido, sendo grave, não é, ainda assim, digna de tão vil sanção, tanto mais porque se trata de uma primeira infração. Bastarão, no entender do Conselho, três meses de suspensão da atividade desportiva para que se cumpram todas as funções punitivas e preventivas que a aplicação de uma pena tem implícitas.

Nestes termos, **com o parecer unânime de todos os membros do Conselho de Disciplina, decide-se a aplicação ao Arguido de uma pena de 3 (três) meses de suspensão da atividade desportiva** (por infração ao disposto no n.º1 do artigo 12.1.005, Título 12, do Regulamento Geral e Técnico de Corridas da UVP-FPC). A contagem do prazo de suspensão tem início no dia seguinte àquele em que o Arguido for notificado da presente decisão.

De molde a que seja garantido o cumprimento efetivo da sanção ora aplicada, o Arguido deverá proceder à entrega da sua licença desportiva na sede da UVP-FPC (pessoalmente ou via CTT) no prazo máximo de 5 dias. A licença ser-lhe-á devolvida decorrido que esteja o período de suspensão ora determinado.

Notifique-se a decisão ao Arguido, juntando-se em anexo cópia do Relatório Final de Inquérito.

Lisboa, 01 de Julho de 2013

P'los Membros do Conselho de Disciplina,

## RELATÓRIO FINAL

### I. IDENTIFICAÇÃO E TRÂMITES PROCESSUAIS

A UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo (adiante UVP-FPC) instaurou o presente processo disciplinar (adiante PD) contra o seu filiado, (titular da licença n.º ), tendo em vista apurar a responsabilidade disciplinar deste pela prática de injúrias e difamações contra o selecionador nacional de BTT, Pedro Vigário, ilícito que consubstancia infração disciplinar nos termos dos Regulamentos federativos em vigor.

O Presidente do Conselho de Disciplina da UVP-FPC determinou a abertura do processo em 06.03.2013 e para instrutor nomeou o Dr. Tito Crespo (v. fls. 1 do PD).

No âmbito do referido processo, foi realizado o presente inquérito (cfr. artigo 57.º do Regulamento Disciplinar da UVP-FPC), durante o qual, *inter alia*, foram efetuadas as seguintes diligências de instrução:

1. Foi recolhida prova documental (v. fls. 2 a 41 do PD);
2. Foi enviada Nota de Culpa ao Arguido (v. fls. 42 a 48 do PD);
3. O Arguido recebeu a Nota de Culpa (aviso de receção assinado pelo próprio, a fls. 48 do PD);
4. O Arguido não respondeu à Nota de Culpa, não constituiu mandatário e não efetuou qualquer requerimento probatório;
5. De igual modo, não compareceu na data agendada para prestação de declarações.

Não foram realizadas outras diligências probatórias, dado que não foram requeridas e não se revelaram necessárias à boa decisão da causa.

Inexistem quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer, pelo que, concluída a instrução, o Instrutor entende que os elementos constantes dos autos são suficientes para tomar uma decisão, e, com efeito, elabora o presente Relatório Final, que se destina a facilitar a tomada de decisão pelo Conselho de Disciplina da UVP-FPC.

## II. MOTIVAÇÃO

Neste ponto enunciaremos os factos imputados ao Arguido com hipotética relevância disciplinar, analisando a prova realizada durante o processo de inquérito, para determinar quais se consideram provados e não provados. Depois disso, proceder-se-á à subsunção dos factos provados às normas legais e regulamentares aplicáveis.

### i) DA PROVA REALIZADA:

A acusação fundou-se na denúncia apresentada pelo selecionador nacional de BTT, Pedro Vigário, através de uma missiva enviada por este ao Presidente do Conselho de Disciplina, datada de 03.12. 2012.

Com a referida missiva, veio o denunciante "(...) comunicar ao Conselho de Disciplina as injúrias e difamações que me têm vindo a ser dirigidas pelo licenciado Paulo Marinheiro, via e-mail e pela rede social Facebook (em anexo). Considero que os comentários que me são dirigidos são ofensivos e lesivos da minha honra pessoal e profissional, bem como da imagem do ciclismo (na medida em que eu exerço as funções de selecionador nacional de BTT), pelo que, requeiro a V. Exa. que sejam tomadas as medidas devidas (...)" (v. fls. 4 do PD).

Juntamente com a citada comunicação, o denunciante enviou um conjunto de documentos, que se consubstanciam em e-mails e print screens de páginas da rede social Facebook (v. fls. 5 a 41 do PD).

Os documentos juntos contêm vários comentários às opções técnicas do selecionador nacional, que por serem feitos no mero exercício do direito de opinião, são lícitos (v. fls. 6 a 28 do PD). Ademais, não se descure que estamos no âmbito do comentário desportivo, onde muitas vezes a razão é turvada pela emoção, e as observações feitas nem sempre coincidem exatamente com as que usualmente, e em condições normais, o declarante faria.

Sem prejuízo, consabidamente, mesmo no âmbito desportivo, a liberdade de opinião não é total e tem de se conformar com alguns limites. Ora, no caso concreto, dentre a panóplia de comentários constantes dos documentos verifica-se que, mesmo utilizando um critério liberal, há alguns que são despidos de quaisquer considerações de natureza desportiva, técnica ou tática, não visando criticar as opções do selecionador nacional, mas antes, pelo menos em abstrato, são afirmações suscetíveis de ofender o carácter e bom nome do Sr. Pedro Vigário. Foi sobre estes últimos comentários que recaiu o processo disciplinar.

A fls. 5 do PD consta um e-mail, datado de 29.03.2012, enviado do endereço eletrônico para o endereço , contendo, entre outro conteúdo irrelevante, os seguintes comentários:

- a) "...não se dirija a mim mais pois para mim o Sr. é apenas o que em 2006 lhe chamei publicamente e que mais uma vez o demonstra: um porco...apenas isso...agora um porco bem mais gordo devido ao tacho que a medalha feita por mim lhe deu...apenas um porco gordo, anafado e cobarde com um bom tacho."
- b) (...) "O nem sonha da existência deste, mas a sua cobardia fa-lo-á utilizar como arma contra o por forma a enterrar de vez o mesmo sabendo que ele não partilha nem sabe deste, mas assim o Sr. o fará...cobardemente e de forma porca como sempre o fez. (...) NUNCA mais me federarei nessa casa pelo menos enquanto o lugar de selecionador nacional de btt for ocupado por um porco cobarde como o Sr".
- c) "(...) se ele desistir dou-lhe os parabéns por isso dever-se-á apenas a si, o porco cobarde que o desclassificou 2 vezes..."

A fls. 37 a 41 do PD constam print screens feitos pelo Instrutor, oficiosamente, que foram retirados da rede social Facebook, do estado partilhado do perfil pessoal do utilizador , que no dia 11.10.2012 escreveu:

- a) (...) "se o anterior selecionador fosse burro como este que o não era efetivamente".
- b) "Se o anterior selecionador tivesse feito como este jumento atual" (...). "Não será um merdas fraco, falso, preguiçoso e com baixíssimo character que impedirá isso (...)"

Foram estes os factos (expressões) imputados ao Arguido na Nota de Culpa (v. fls. 42 e 43 do PD).

No processo constam ainda outros documentos que contêm expressões eventualmente difamatórias da honra e bom nome do selecionador nacional de BTT (v. fls. 29 a 35 do PD). Contudo, visto que se tratam de folhas soltas, com origem desconhecida (aparentam ser tiradas do Facebook, mas não é certo que o tenham sido), sem data, com os textos cortados, não se podendo comprovar a sua veracidade e autenticidade, as mesmas não puderam ser tidas em linha de conta para sustentar a acusação.

Aqui chegados, temos então que o Arguido foi acusado da prática de duas infrações ao disposto no artigo 12.1.005 do Título 12 do Regulamento Geral e Técnico de Corridas da UVP/FPC.

Notificado da Nota de Culpa, o Arguido recebeu-a, mas não apresentou qualquer resposta. Igualmente, não compareceu na data designada para a sua inquirição, não constituiu mandatário e não efetuou qualquer requerimento probatório. Ou seja, o Arguido não apresentou defesa.

Oficiosamente foi junta aos autos da ficha de filiação do Arguido, a qual reproduz os elementos fornecidos por este à UVP/FPC aquando do pedido de inscrição para a época 2013, e onde é possível verificar que o *e-mail* indicado por este foi, precisamente, (v. fls. 2 do PD).

Igualmente, foi oficiada a junção da ficha de filiação do selecionador nacional Pedro Vigário, na qual se pode constatar que o endereço eletrónico lhe pertence (v. fls. 3 do PD).

Aqui chegados temos, portanto, que o endereço eletrónico de onde foi enviado o *e-mail* em causa pertence, efetivamente, ao licenciado , pelo que se presume que o conteúdo constante do mesmo é da sua autoria.

Quanto aos comentários feitos via Facebook, a demonstração de que os mesmos são da autoria do aqui Arguido exige uma prova com uma complexidade tremenda.

Basicamente, da visualização do perfil de Facebook do utilizador tudo indica tratar-se do aqui Arguido (o nome, a morada e as fotografias assim o fazem crer). Contudo, como sabemos, é possível criar perfis de Facebook falsos, isto é, perfis que fazem crer ser de uma pessoa quando, na verdade, não o são (veja-se, por exemplo, o caso das páginas falsas de pessoas famosas).

Dito isto, o Instrutor sabe que a obtenção de uma informação fidedigna sobre a propriedade da página, com o grau de fiabilidade necessário para suportar um processo disciplinar, careceria de ser obtida mediante solicitação à própria empresa que gere a respetiva rede social (para que viesse indicar o endereço eletrónico associado à conta). Na dúvida, optou-se por não fazer tal solicitação. Isto porque, por um lado, tal caminho comprometeria seriamente a celeridade do processo, não sendo sequer certo que viesse a obter-se uma resposta (note-se que a sede é em país estrangeiro, podem gerar-se conflitos de jurisdições, questões de proteção de dados, etc...). Por outro lado, a espera poderia ser infrutífera, dado que é comum hoje em dia uma pessoa ter mais do que um endereço de e-mail e, portanto, nada nos garantia que o Arguido não pudesse ter dado à conta um endereço diferente do que facultou à UVP-FPC. E, por último, dado já existir prova suficiente sobre a veracidade de outros factos relevantes para fundamentar uma decisão, o impacto que a confirmação, ou infirmação, que este teria na decisão não era decisivo.

Por tudo isto, em favor da celeridade processual e sem prejuízo de no futuro, verificando-se situações análogas, ser pedida a informação à rede social Facebook ou ser tentada a confirmação por outras vias, desta feita, pelo exposto, à míngua de melhor prova, temos de deixar 'cair' esta parte da acusação.



ii) FACTOS PROVADOS:

Perante os elementos recolhidos, temos como provados os seguintes factos:

1. No dia 29 de Março de 2012 foi enviada uma mensagem escrita do endereço eletrónico \_\_\_\_\_ para o endereço \_\_\_\_\_, contendo, entre outro conteúdo irrelevante, os seguintes comentários:
  - a) *"...não se dirija a mim mais pois para mim o Sr. é apenas o que em 2006 lhe chamei publicamente e que mais uma vez o demonstra: um porco...apenas isso...agora um porco bem mais gordo devido ao tacho que a medalha feita por mim lhe deu...apenas um porco gordo, anafado e cobarde com um bom tacho."*
  - b) (...) *"O \_\_\_\_\_ nem sonha da existência deste, mas a sua cobardia fa-lo-á utilizar como arma contra o \_\_\_\_\_ por forma a enterrar de vez o \_\_\_\_\_, mesmo sabendo que ele não partilha nem sabe deste, mas assim o Sr. o fará...cobardemente e de forma porca como sempre o fez. (...) NUNCA mais me federarei nessa casa pelo menos enquanto o lugar de selecionador nacional de btt for ocupado por um porco cobarde como o Sr."*
  - c) *"(...) se ele desistir dou-lhe os parabéns por isso dever-se-á apenas a si, o porco cobarde que o desclassificou 2 vezes..."*

Este facto foi provado através de documento (v. fls. 5 do PD).

2. O endereço de correio eletrónico \_\_\_\_\_ pertence ao licenciado \_\_\_\_\_ pelo que, foi ele o autor das frases citadas.

Este facto foi provado através de documento, o qual é a ficha de filiação do Arguido (v. fls. 2 do PD), onde se reproduzem os elementos fornecidos pelo Arguido à UVP/FPC aquando do pedido de inscrição para a época 2013. Pertencendo-lhe a conta de e-mail, temos de concluir que o conteúdo do e-mail enviado é da sua autoria (aqui, a elisão da presunção caberia ao Arguido, o que não se verificou).

3. O endereço eletrónico \_\_\_\_\_ pertence ao denunciante, o Sr. Pedro Vigário, que é o Seleccionador Nacional de BTT.

Este facto foi provado através de documento, o qual é a ficha de filiação do Seleccionador (v. fls. 3 do PD), onde se reproduzem os elementos fornecidos por este à UVP/FPC aquando do pedido de inscrição para a época 2013.

- 55  
AF
4. No dia 11 de Setembro de 2012, o utilizador da página de Facebook através de um 'estado' partilhado no seu perfil pessoal, proferiu as seguintes expressões.
- a) (...) *"se o anterior selecionador fosse burro como este que o não era efetivamente"*.
  - b) *"Se o anterior selecionador tivesse feito como este jumento atual" (...). "Não será um merdas fraco, falso, preguiçoso e com baixíssimo carácter que impedirá isso (...)"*.

Este facto foi provado mediante consulta ao perfil de 'Facebook' do utilizador , mais especificamente, às partilhas na cronologia da data de 10 de Setembro de 2012, da qual se extraíram cópias que se juntaram aos Autos (v. fls. 37 a 41, em especial fls. 39 e 41).

### iii) FACTOS NÃO PROVADOS:

1. O utilizador de Facebook pertence ao licenciado (Arguido), pelo que, foi ele o autor das expressões dirigidas ao denunciante.

Este facto não ficou provado porque, efetivamente, sem a realização de novas diligências probatórias não é possível determinar se a conta de utilizador com o nome encontrada no portal do Facebook, pertence e é gerida pelo Arguido. De facto, tal informação só pode ser confirmada mediante solicitação à própria empresa que gere a respetiva rede social.

Nestes termos, e embora o instrutor do processo esteja convicto de que a referida conta de 'Facebook' pertence efetivamente ao Arguido, em cumprimento do princípio do *in dubio pro reu* (artigo 32.º n.º 2 da Constituição da República Portuguesa) este terá de ter-se por não provado.

### • Conclusões

Assim, os elementos recolhidos são suficientes para podermos afirmar, com segurança, que o Arguido, por e-mail enviado em 29.03.2013 ao selecionador nacional de BTT, o filiado Pedro Vigário, apelidou-o de *'porco'*, *'porco gordo'*, *'anafado'* e *'cobarde'* e *'porco cobarde'*.

Por outro lado, não fica demonstrado que as expressões difamatórias proferidas através da rede social Facebook, relativas ao selecionador nacional de BTT tenham sido proferidas pelo Arguido.

Assim sendo, das duas infrações que eram imputadas ao Arguido, apenas uma poderá ser procedente.



#### iv) DO DIREITO

Importa agora considerar as normas jurídicas às quais se poderão subsumir os factos acima dados como provados.

O Arguido vem acusado da prática de duas infrações ao disposto no artigo 12.1.005 n.º 1 do Título 12 do Regulamento Geral e Técnico de Corridas da UVP-FPC, vigente ao tempo da prática dos factos.

O artigo 12.1.005 do Título 12 do Regulamento Geral e Técnico de Corridas da UVP/FPC estatui que *"um licenciado é suspenso por um período mínimo de um mês até um máximo de seis meses quando: 1. Tenha conduta violenta, ou injuriosa ou difamatória relativamente a um Comissário, a uma instância da UCI ou de algum dos seus membros ou em geral, a todos os que exerçam uma missão prevista nos Estatutos ou Regulamentos da UCI."*

Ora, dado que o citado Regulamento não define conduta injuriosa, temos de nos socorrer do Código Penal, mais especificamente, do artigo 181.º n.º1, no qual se estatui que *"Quem injuriar outra pessoa, imputando-lhe factos, mesmo sob a forma de suspeita, ou dirigindo-lhe palavras, ofensivas da sua honra ou consideração, é punido (...)"*.

O crime de injúria, como crime de mera atividade e doloso que é, tem como elementos constitutivos, objetivamente, a ação adequada a produzir um resultado consubstanciado na ofensa à honra ou consideração de outrem, e, subjetivamente, o dolo, constituído pelo conhecimento dos elementos objetivos do tipo e pela vontade de agir por forma a preenchê-los (cfr. artigos 13.º e 14.º do Código Penal).

Relativamente ao elemento objetivo, este esgota-se na ofensa concretizada através da imputação de facto ofensivo da honra de outrem.

Quanto ao elemento subjetivo deste tipo de crime, cimentou-se a orientação de que basta o dolo genérico, em qualquer uma das suas formas (cfr. artigo 14.º do Código Penal) para integrar o elemento subjetivo da infração, isto é, não se exige especial propósito de ofender (*animus injuriandi vel diffamandi*), bastando a consciência por parte do agente de que a sua conduta é suscetível de produzir ofensa da honra e considerações alheias. Não é, portanto, exigível qualquer dolo dito específico ou especial.

No caso vertente, o Arguido, ao dirigir-se ao selecionador nacional por e-mail chamando-o de 'porco', 'porco gordo, anafado e covarde' e 'porco covarde', proferiu, de uma forma livre, consciente e deliberada, expressões ofensivas da honra e consideração do destinatário, com o objetivo único de um achincalhar e diminuir.

Sem prejuízo destas conclusões, em virtude de estarmos perante expressões proferidas no âmbito de uma atividade desportiva competitiva, haverá ainda que fazer uma ponderação especial, porquanto é sabido e aceite que o problema do equilíbrio entre os direitos fundamentais da honra e da liberdade de expressão (previstos, respetivamente, nos artigos 26.º e 37.º da Constituição da República Portuguesa) sofre aqui algum enviesamento, que turva o requisito geral da proporcionalidade (previsto no artigo 18.º da CRP). Isto porque, é sabido que neste âmbito a emoção muitas vezes se sobrepõe à razão e, entendendo-se que este é um reflexo da própria natureza humana, o pacifismo social impõe o predomínio do liberalismo de opinião, com parcial prejuízo do direito à honra.

Cabe, portanto, em seguida, determinar se, em função de as expressões em causa terem sido proferidas no âmbito de uma atividade desportiva, ainda assim, o Arguido extravasou a sua liberdade de expressão e ofendeu os limites da tutela mínima do direito à honra.

A questão coloca-se nos seguintes termos: Perante o exercício da livre opinião, há sempre o risco de que a honra de outrem possa ser posta em causa com o conteúdo dessa opinião. Determinar quando deve terminar a liberdade de expressão, por excedidos os seus limites, e quando deve começar a proteção da honra tem sido um trabalho levado a cabo com recurso a alguns critérios.

O Tribunal da Relação de Guimarães, no Acórdão 1469/06.5TAGMR.G3, relativo também a infrações contra a honra no âmbito do direito desportivo, assentou que *"(...) a liberdade de opinião não é absoluta. Havendo "interesse público", a formulação de juízos de valor só atentarà ilicitamente contra a honra se nada tiver a ver com o exercício do direito de opinião."*

Consensualmente, a liberdade de expressão deixa de ter campo de proteção jurídica quando, compulsada a opinião do agente, seja manifesto que o comentário seja apenas ofensivo da honra de outrem, sem nenhum préstimo para a discussão de uma causa concreta. Como fez notar o Supremo Tribunal de Justiça, no Acórdão 1839/06.9TVLSB.L1.S1, também relativo a conflito ocorrido no âmbito desportivo, *"(...) a crítica tem como limite o direito dos visados, mas não deixa de ser legítima se for acutilante, acerada, desde que não injuriosa (...)".*

Portanto, aqui chegados, o que importa é qualificar o tipo de crítica de que o Arguido lançou mão contra o selecionador nacional de BTT. Se essa crítica for caluniosa e tiver como objetivo achincalhar a pessoa visada, então estamos perante uma crítica que extravasa os limites da liberdade de expressão. Pelo contrário, se estivermos perante uma crítica que visa única e exclusivamente pôr em evidência uma opinião sobre as apetências técnicas ou táticas do selecionador, com recurso a juízos de facto, ainda que com utilização de expressões mais grosseiras, então estamos perante uma crítica ainda a coberto da liberdade de expressão, (v. Acórdão de 9 Fev. 2011, Processo 831/09, Tribunal da Relação de Coimbra).

No e-mail que o Arguido enviou ao selecionar (e que é unicamente o que está aqui em causa, neste momento), este demonstrou a sua revolta pelo facto do seu filho, o filiado

não ter sido chamado à seleção nacional de BTT. Fê-lo evocando as suas capacidades como atleta e com referência aos títulos por este conquistados e que, no entender do Arguido, justificariam plenamente tal chamada. Há, portanto, uma crítica explícita às opções técnicas do selecionador, as quais, como acima vimos, são legítimas do ponto de vista meramente legal. Nesta senda, não chocaria, nem seria alvo de repreensão se, por exemplo, o Arguido terminasse a chamar 'incompetente' ao selecionador. Estaríamos, ainda, no âmbito da crítica feita a aspetos técnicos e à formulação de uma mera opinião. Contudo, no caso concreto, o que se verificou é que o Arguido vai bastante mais além, e acaba a chamar ao selecionador, repetidas vezes, 'porco', 'porco gordo, anafado e covarde' e 'porco covarde'.

Ora, é *mister* concluir que o uso reiterado da expressão "porco" não contém em si qualquer crítica, mas tão só entra claramente no campo da pura calúnia, do puro rebaixamento e enxovalho, sem qualquer relação ou ligação com opiniões sobre as aptidões técnicas ou outros aspetos de carácter objetivo e conectados com a função de treinador (as quais, como vimos, seriam lícitas). Em suma, esta expressão visou unicamente atingir o selecionador na sua honra pessoal e não nas suas competências técnicas ou escolhas desportivas.

Nestes termos, pelo *supra* exposto, conclui-se que mesmo tendo sido proferidas no âmbito da atividade desportiva competitiva, onde o direito de opinião é mais liberal, as expressões utilizadas pelo Arguido para se dirigir ao selecionador nacional de BTT no e-mail datado de 29.03.2012 tiveram carácter injurioso e, nessa medida, aquele praticou uma infração ao disposto no artigo 12.1.005, do Título 12, do Regulamento Geral e Técnico de Corridas da UVP/FPC, nos termos do qual se estatui que a infração é punível com pena de suspensão de atividade desportiva pelo período de 1 a 6 meses.

### III. DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA

Aqui chegados, verificada que está a prática da infração e sabendo-se a moldura sancionatória aplicável ao caso, mostra-se necessário determinar a medida da pena concreta a aplicar ao Arguido.

A determinação da medida da pena deve ser feita em função dos critérios gerais previstos no artigo 42.º do Regulamento Disciplinar da UVP-FPC, e demais princípios de direito sancionatório consagrados no ordenamento jurídico português, nomeadamente, em função da natureza da infração, grau de culpa, personalidade do infrator, resultados perturbadores da disciplina, finalidades da sanção e circunstâncias agravantes e atenuantes aplicáveis ao caso, entre outros.

A conduta do Arguido é-lhe imputada a título de dolo. Estipula o artigo 14.º n.º 1 do Código Penal que *“age com dolo quem, representando um facto que preenche um tipo de crime, atuar com intenção de o realizar”*. Portanto, o dolo consiste numa modalidade de culpa cujos elementos são a vontade e a representação do facto.

Sobre o problema da culpa no âmbito específico das infrações contra a honra, a jurisprudência tem reiterado que basta o dolo genérico, não se exigindo uma qualquer finalidade ou motivação especial (V. Acórdão da Relação de Lisboa de 8 Nov. 2005, Processo 8743/05-5).

No presente caso, existiu, da parte do agente, uma vontade expressa em praticar os factos de quem vem acusado e, por isso, dúvidas não sobram de que a infração imputada ao Arguido foi cometida com dolo. Aliás, diga-se, em acréscito, que nem se configura como poderia ter sido a infração cometida com negligência.

No que à ilicitude diz respeito, à luz de tudo o que foi considerado, entendemos que os termos caluniosos empregues pelo Arguido são objetivamente graves e, por isso, evidenciam um acentuado grau de ilicitude. Em especial os termos *“gordo”* e *“anafado”*, por terem que ver única e exclusivamente com as características físicas, e, por isso, completa e manifestamente desfasadas de toda e qualquer opinião objetiva, revelam-se juridicamente ilícitas em elevado grau.

De igual modo, o termo *“porco”* se revela fortemente ilícito, porquanto, nenhum relevo ou interesse tem para uma discussão objetiva sobre um tema de interesse, antes sim, reduz-se a um simples enxovalho, rebaixamento, com um propósito claro de denegrir a honra e dignidade do selecionador nacional de BTT.

Importa ainda não esquecer que todo o *iter criminis* é revelador de um sentimento interior, por parte do Arguido, que evidencia um fim e um propósito claro de ofender, denegrir, incomodar o selecionador nacional de BTT. De facto, é manifesto que o Arguido, ao ter redigido um e-mail relativamente longo, já tarde, mais concretamente às 00:59H, mostra uma frieza de carácter que permite concluir com relativa certeza um sentimento interior altamente desvalioso perante a ordem jurídica. Note-se que não se trata de uma conversa, de uma reação momentânea em consequência de um diálogo em crescendo de emoções (aquilo que vulgarmente se designa *‘reagir a quente’*). Bem pelo contrário, o Arguido, no íntimo da sua consciência, quis enviar o referido e-mail, sem qualquer provocação ou estímulo exterior que a justificasse.

Salvo o facto de ser primário, não existe, a favor do Arguido, nenhuma conduta que lhe possa diminuir o grau de censura, nomeadamente, um pedido de desculpas ou uma demonstração de arrependimento. Portanto, no que à conduta posterior ao crime diz respeito, nenhuma atenuante há a registar.

Há ainda que tomar em linha de conta as finalidades da pena. A este respeito, o critério geral, previsto no artigo 40.º Código Penal (aqui aplicável por analogia e com as necessárias adaptações) é o da proteção de bens jurídicos (prevenção geral) e da reintegração do agente na sociedade (prevenção especial), o que, na sua transposição para o âmbito disciplinar e desportivo, ora em questão, e com as necessárias adaptações, significa manutenção da confiança da comunidade, que não só velocipédica, nas normas disciplinares violadas e, ainda, reorientação do filiado para o cumprimento das mesmas.

No que à prevenção geral diz respeito, importa sublinhar que casos como o que ora nos ocupa não têm sido frequentes. De facto, segundo o Instrutor conseguiu apurar, nos últimos 5 anos este é o segundo caso de infração contra a honra que é apreciado pelo Conselho de Disciplina, o que não deixa de ser revelador do excelente comportamento que os agentes desportivos ligados à modalidade têm demonstrado, no que a esta infração diz respeito. Pelo que, a necessidade de prevenção geral não é, neste caso, especialmente premente.

Já relativamente à prevenção especial, não podemos deixar de sublinhar que o Arguido é treinador de ciclismo, com grau 2. Tendo em conta a função pedagógica de um treinador, bem como os especiais cuidados a que estes estão obrigados no trato com outros agentes desportivos, inexistem quaisquer atenuantes relativas à falta de preparação do agente para manter uma conduta lícita. Pelo contrário, entendemos que só a pena poderá reorientar o Arguido para o cumprimento das normas disciplinares e, por isso, este manifesta-se carente de pena em elevado grau.

Perante estas considerações, temos que:

- O Arguido é primário;
- A intensidade do dolo é elevada;
- O grau de ilicitude manifestado no facto é elevado;
- Os sentimentos e os fins visados pelo Arguido são fortemente desvaliosos;
- O comportamento posterior à infração não evidencia atenuantes gerais;
- Existe uma especial censurabilidade no comportamento do Arguido que obriga a que a pena reflita essa censura.

#### IV. PROPOSTA DE DECISÃO

Pelo exposto, temos que o Arguido vinha acusado da prática de duas infrações, sendo que, aqui chegados, se conclui que este deverá ser condenado apenas pela prática de injúria contra o selecionador nacional de BTT. Já quanto à acusação de difamação pelos comentários feitos no Facebook, a mesma foi dada como não provada (conclusão apoiada no princípio *do in dubio pro reu*), pelo que, deverá a mesma ser arquivada, sem condenação.



Considerando tudo quanto acima se expôs, propomos ao Conselho Disciplinar da UVP/FPC a aplicação ao Arguido de uma pena de suspensão pelo período de quatro meses (artigo 12.1.005 n.º 1 do Título 12 do Regulamento Geral e Técnico de Corridas da UVP-FPC) – por se julgar suficiente, tanto em termos punitivos, como para efeitos preventivos.

Lisboa, 27 de Junho de 2013

O Instrutor,

